

Nome: percurso histórico e construção do conceito¹

Márcia Zamariano
UEL

RESUMO: Embora os nomes próprios sejam abordados nas gramáticas normativas e, de fato, se constituam objeto de estudos linguísticos de distintos interesses, diferentes correntes do pensamento tentaram, no decorrer da história, caracterizar ou delimitar sua função específica. De Platão, até a atualidade, a preocupação em elucidar a natureza do nome tem sido um tema instigador e recorrente na busca de respostas para perguntas do tipo: o que é um nome? Onde está o sentido de um nome? Existem diferenças entre nome próprio e comum? Como os nomes próprios referem os objetos? Respostas para perguntas dessa natureza não podem ser buscadas apenas no âmbito das ciências da linguagem. Em razão disso, buscamos realizar uma reconstrução da trajetória da concepção de nome: a partir da noção fornecida por filósofos de diferentes correntes filosóficas; sob a ótica da Mitologia e da Antropologia e, por fim, a partir de contribuições das diferentes correntes linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Nome próprio. Ato de nomear. Natureza do nome.

ABSTRACT: Although the proper names are not discussed in normative grammars, in fact, they are the subject of linguistic studies of different interests. Some

¹ Este trabalho é um recorte da tese intitulada *Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro*, orientada pela Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo (UFMS/UEL/CNPq), apoiada e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (ZAMARIANO, 2010).

currents of thought have tried, throughout history, characterize or define their specific role. Since Platão until nowadays, the concern to elucidate the nature of the name has been an instigator and recurrent theme in search for answers to questions like: What is name? Where is the sense of name? Are there differences between common and proper name? How names refer objects? Answers for such questions can not be sought only within the sciences of language. For this reason, we aim to implementing a reconstruction of the name concept trajectory from the notion provided by different philosophical thought lines, from the perspective of Mythology and Anthropology, and, finally, with the contributions of different linguistic currents.

KEYWORDS: Name. Naming Act. Name Nature.

Desde seu aparecimento, a linguagem foi tão incompleta quanto o pensamento humano que ela representa. Por isso, a linguagem deve ser considerada uma mediadora entre o homem e os fenômenos do mundo que, por sua vez, não necessitam ser reais para se transformarem em objetos de atenção desse homem. O conhecimento, nos primórdios da humanidade, se limitava à observação comum e ocasional da realidade, a simples apreensão de fatos e fenômenos. O domínio absoluto da imaginação e do instinto era mais desenvolvido no homem primitivo: enxergava muitas coisas ao mesmo tempo. O homem encontrava dentro de si mesmo um eco secreto que respondia a todas as vozes exteriores, transformando-as em articulações e palavras.

Conforme Renan (1950, p. 108), é preciso admitir “entre os que primeiro falaram, a existência de um sentido especial da natureza, que a tudo emprestava uma significação, vendo a alma no mundo exterior, e o mundo exterior na alma.” O autor destaca ainda que a percepção da realidade despertou no homem primitivo a necessidade de nomear o seu mundo e as suas sensações, recorrendo para isso à criação das palavras.

Em consequência, com o passar do tempo, o homem criou um vocabulário que atendesse as suas necessidades momentâneas, mas

[...] nem uma só das palavras atualmente usadas deixa de ter sua razão de ser, ligando-se todas elas, através de mil e uma transformações, a uma eleição primitiva. Ora, o motivo determinante na escolha das palavras deve ter sido, na maioria dos casos, o desejo de imitar o objeto que se queria representar (RENAN, 1950, p. 114).

O ser humano verbaliza seus sentimentos por meio da palavra, fenômeno linguístico que tem fascinado os homens ao longo da história. Em todas as civilizações, a palavra tem sido motivo de surpresa e de mistério. A pertinência da relação entre a palavra e aquilo que nomeia é investigada há séculos, pois sempre esteve revestida de poder e de superstição. Assim como a definição de palavra é algo muito subjetivo e filosófico, a identificação e a distinção entre nome próprio e léxico comum também se configura como uma questão complexa. Há muito que a temática relativa aos nomes e ao ato de nomear tem sido discutida, embora estudiosos de diferentes épocas tenham sempre demonstrado interesse pelas questões que afetam seu estatuto e, em razão disso, hajam reunido uma soma significativa de explicações acerca do tema, essa noção ainda varia quando se observa a maneira como os estudos onomásticos a concebem.

A atividade de pesquisar e de analisar os nomes próprios, devido a sua importância como um resgate que favorece o estudo da cultura, da língua e da história de um grupo socio-linguístico-cultural, faz parte da Onomástica, que se integra à Lexicologia, caracterizando-se como a ciência da linguagem que possui duas áreas de estudo: a Antroponímia que se ocupa do estudo dos nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos – antropônimos e a Toponímia que investiga o léxico toponímico, por meio do estudo da motivação (exame da origem e do significado) dos nomes próprios de lugares – topônimos.

O homem, ao nomear tudo que o pertencia ao seu meio, passa a ter o controle sobre o universo, organizando o espaço em que vivia e superando o desconhecido pelo desejo de conhecimento. A tudo e a todas as coisas, o homem atribuiu sentido, designou funções, nomeou coisas e se impôs perante os outros seres. Biderman (1998, p. 88), ao tratar da questão da nomeação, destaca que “é a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas”. Em razão disso, o ato de nomear as coisas adquire importância fundamental, pois possibilita o encontro do que foi nomeado com sua origem, estabelecendo uma relação em que as palavras vão além da mera designação dos elementos, pois estão impregnadas de um significado que as transcende.

Cabe aqui outra reflexão a respeito do nome: para a maioria das pessoas, ele é apenas “um nome.” Essa é a explicação mais casual, porque não se configura como hábito “pensar” sobre os nomes seja por parte do usuário, seja no âmbito do grupo a que pertence. Em algumas sociedades, os nomes pessoais são, com muita frequência, considerados algo mais do que casos de conveniência social. Molino (1982, p. 18) considera que

[...] o nome próprio significa, mas ele significa para quem? Para aquele que nomeia ou para o portador do nome?”. Segundo ele, para apreender a dimensão significativa do nome próprio, “é importante distinguir as regras de recepção, de compreensão do nome próprio e as regras de sua produção.

Considerações sobre *onoma* no pensamento filosófico

A questão do nome já era discutida na Grécia antiga, embora ainda não houvesse a distinção entre o conceito de nome próprio em oposição ao de nome comum, nos moldes em que é feita na atualidade,

categoria que tem a capacidade de nomear/ referenciar. A concepção de onoma foi o princípio e por muito tempo o núcleo a partir do qual se estabeleciam as relações entre a realidade e o pensamento, a questão da verdade e do conhecimento. Em grego o termo onoma incluía, além dos nomes próprios, também nomes comuns (substantivos), verbos e adjetivos, ou seja, tudo que fosse uma palavra.

Platão foi o primeiro pensador a indicar o caminho para o estudo das proposições, elegendo a linguagem como objeto de estudo. Em seus estudos, não se distinguem ainda os conceitos de letra e de fonema, e as sílabas formam os nomes (*onoma*) e os verbos (*rhéma*). Coube a ele estabelecer definitivamente a primeira distinção gramatical entre nomes e verbos (KRISTEVA, 1969, p. 133-135).

A forma dos escritos platônicos é o diálogo, destacando-se entre eles o *Crátilo*, baseado na justeza dos nomes, o qual pode ser dividido em duas partes, de acordo com o interlocutor de Sócrates: Hermógenes, um discípulo seu, e Crátilo. O primeiro participa com Sócrates na maior parte do diálogo e o segundo apenas na quarta parte final. Sócrates não apresenta ao final do diálogo uma definição clara, nem a favor das teses defendidas por Hermógenes que vê os nomes como o resultado de uma convenção, nem a favor das de Crátilo que defende que os nomes são estabelecidos em conformidade com a natureza das coisas. Platão considera suficiente a conclusão de que não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas mesmas. Para ele as coisas têm uma natureza fixa e o nome é adotado para expressar essa natureza; é um instrumento destinado a pensar o ser das coisas.

Depois de Platão, Aristóteles, formula algumas distinções importantes ao acrescentar uma terceira classe de componente sintático, a dos *syndesmoi*, que compreendia o que mais tarde se chamou de conjunção, artigo e pronome, e separou os nomes (com três gêneros)

dos verbos que tem a característica maior de poderem demonstrar o tempo, e das conjunções (KRISTEVA, 1969, p. 135). Com relação à concepção de nome, em *Arte Poética*, argumenta que

o nome é um composto, significativo, sem indicação de tempo, e nenhuma de suas partes faz sentido por si mesma, pois, nos nomes formados de dois elementos, não empregamos cada elemento com um sentido próprio; por exemplo, em Teodoro, o elemento – doro não apresenta significado (ARISTÓTELES, 2004, p. 31).

Outras escolas filosóficas surgiram em Atenas, sendo a mais importante a dos Estóicos (fundada por Zenão). Com eles nascem os conceitos e, na representação, se reconhece a verdade das coisas. Distinguiam quatro partes do discurso: nomes que significam qualidades e se dividem em nomes comuns e nomes próprios; verbos enquanto predicados; conjunções, os pronomes e o artigo (KRISTEVA, 1969, p.137).

Os Alexandrinos, interessados principalmente na linguagem como parte dos estudos literários, aperfeiçoaram as teorias gramaticais de Dionísio da Trácia (séculos II e I a. C.), que distinguiu oito classes de palavras: o nome (onoma – reunia nomes próprios e comuns), o verbo, o particípio (compartilha das características do verbo e do nome), o artigo (possui flexão de caso e que vem antes ou depois dos nomes), o pronome (pode substituir por um nome e que leva a marca de pessoa), a preposição, o advérbio e a conjunção (ROBINS, 1983, p. 27).

Varrão é o primeiro dos gramáticos latinos a elaborar a teoria mais completa da linguagem, em sua obra “*De língua latina*”, considerada uma das principais fontes, de que dispomos sobre a controvérsia entre analogistas e anomalistas. Dividia as partes do discurso em: *nomina* – i.) *vocabula* (nomes comuns); ii.) *nomina* (nomes próprios); iii.) pronomes e adjetivos interrogativos, indefinidos; iv.) outros pronomes;

v.) verbos; vi.) invariáveis e vii.) participípios (KRISTEVA, 1969, p. 141-144).

No século IV, surge Santo Agostinho, considerado como o primeiro grande pensador cristão; defensor dos ideais cristãos frente ao pensamento pagão. Para ele as palavras são nomes, seus significados são os objetos que elas substituem aos quais estão relacionadas e as frases são simples combinações de nomes, que descrevem como são as coisas. Nessa visão, a linguagem se vincula à realidade por meio de conexões entre as palavras e o mundo.

Com o advento da Escolástica, surge como expoente São Tomás de Aquino. Em sua obra “Suma Teológica”, o autor destaca que

todo nome ou é abstrato ou concreto. Os concretos não convêm a Deus, que é simples. Os abstratos também, porque não exprimem nada de perfeitamente existente. Logo, nenhum nome pode ser atribuído a Deus. Demais, os nomes exprimem a substância qualificada; os verbos e os participípios a exprimem no tempo; e os pronomes, demonstrativa ou relativamente. [...] Às vezes, uma coisa é a origem da qual um nome tira a sua significação, e outra, o objeto que ele designa. [...] Na medida em que podemos conhecer a natureza de um ser pelas suas propriedades e efeitos, podemos também impor-lhe um nome. Ora, como sabemos o que é a pedra por lhe conhecermos a substância, mediante uma de suas propriedades, esse nome – pedra – significa a natureza da pedra em si mesma, pois significa-lhe a definição pela qual sabemos o que ela é; porque a definição é a noção expressa pelo nome (AQUINO, 2005, p. 105-117).

Em meados do século XVIII, surge Thomas Hobbes, para quem “palavras conectadas de modo a se tornarem signos de nossos pensamentos

são chamadas FALA, da qual cada parte é um nome”. Além disso, conquanto os nomes, isoladamente, sejam marcas, pois servem “para trazer à mente nossos próprios pensamentos”, eles não podem ser “signos a não ser quando dispostos e ordenados na fala como suas partes”. Argumenta que

um nome é uma palavra tomada arbitrariamente para servir como marca que pode trazer à nossa mente um pensamento semelhante a um pensamento que tivemos antes, e que, sendo pronunciado a outros, pode ser para eles um signo de qual pensamento o falante tinha, ou não tinha, em mente. Mas, dado que, os nomes ordenados na fala (como se definiu) são signos de nossas concepções, é claro que não signos das próprias coisas; pois, o único sentido em que se pode entender que o som desta palavra pedra seja o signo de uma pedra, é de que aquele que o ouve conclui que quem o pronuncia está pensando em uma pedra (HOBBS, 2005, p. 16-17).

Para esse filósofo a natureza de um nome consiste principalmente no fato de ele ser uma marca assumida em prol da memória, mas que também serve, acidentalmente, para significar e dar a conhecer a outro nossas crenças e recordações. Além disso, pondera que, dentre os nomes,

alguns são comuns a muitas coisas, como um homem, uma árvore; e outros próprios de uma única coisa, como aquele que escreveu a Ilíada, Homero, este homem, aquele homem. O nome comum é o nome de muitas coisas tomadas separadamente, mas não de todas elas tomadas em conjunto (homem não é o nome de toda humanidade, mas de

cada um individualmente, como Pedro, João e os demais, tomados separadamente), sendo, por essa razão, chamado um nome universal (HOBBS, 2005, p. 19).

No século XIX, destaca-se John Stuart Mill, autor de “Sistema de Lógica” (1843) e da teoria da referência direta dos nomes, e, um dos primeiros a escrever sobre o significado dos nomes próprios. A classificação dos nomes segundo este autor é efetuada por meio de distinções sucessivas que culminam com uma complexa sequência de nomes e estruturas semânticas, cujo principal conceito é o de conotação. A primeira distinção que ele estabelece é a divisão dos nomes em gerais (é aquele “suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma entre um número indefinido de coisas”) e singulares ou individuais (é aquele “suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma coisa”). Esclarece ainda que nomes próprios como João, Maria, Jorge são claramente nomes singulares, mas destaca que os nomes singulares não se resumem aos nomes próprios, aos “nomes de batismo”, àqueles que são impressos muitas vezes arbitrariamente aos indivíduos, simplesmente **com o objetivo de distingui-lo dos demais, como os nomes citados** (MILL, 1979, p. 97, grifo nosso).

Também estabelece a distinção entre nomes conotativos e não-conotativos. O termo conotativo “denota um sujeito e implica um atributo” de outra feita, enquanto um nome não-conotativo “denota um sujeito somente, ou um atributo apenas”. Ele cita como exemplos de nomes não-conotativos João, Londres ou Inglaterra; e, como nomes conotativos virtuoso, branco, grande (MILL, 1979, p. 100).

Mill argumenta que, ao chamar uma criança de Paulo ou um cachorro de César, pode-se dizer que “deve ter havido alguma razão para lhes dar esses nomes em vez de qualquer outro” (1979, p. 101-103). E

mais, um homem poderia se chamar “João porque esse era o nome de seu pai; uma cidade poderia se chamar Dartmouth porque é situada na foz do rio Dart”. Entretanto, não há, na significação da palavra João, nada que indique que o pai da pessoa que possui esse nome tenha o mesmo nome; nem mesmo a palavra Dartmouth sugere que essa cidade esteja situada na foz do Dart. Se a areia obstruísse a foz do rio ou um terremoto mudasse o seu curso e o afastasse da cidade, o nome da cidade não seria necessariamente mudado. Conclui o autor: “sempre que os nomes dados aos objetos contenham alguma informação sobre o objeto – ou seja, tenham propriamente alguma significação –, esta significação reside não no que eles denotam, mas no que conotam”.

Mill sustenta explicitamente que os nomes próprios não descrevem os objetos a que se referem, de maneira que não são sinônimos de nenhuma descrição associada. Salvo por seu exemplo clássico, da cidade de Dartmouth, na qual sustenta que a referência do nome não está determinada pela descrição empregada para batizar a cidade, ele não oferece uma explicação sobre como os nomes chegam a ter as denotações que de fato têm. Pode-se, pois, concluir da obra deste autor que nomes próprios, ou seja, não-conotativos, são aqueles que buscam a singularização das coisas. Desse modo, uma pessoa chama-se Antonio para ser distinguida de João, uma cidade chama-se Londrina para ser distinguida de Maringá, São Paulo, etc.; e, por isso, esses nomes são arbitrariamente atribuídos às coisas singulares, justamente para evidenciar essa singularidade.

No final do século XIX surge o filósofo alemão Gottlob Frege, que em seu artigo intitulado “Sobre sentido e a referência” (1978), parte da noção de igualdade (identidade) para produzir conhecimento novo. Ele questiona se a igualdade seria uma relação entre objetos ou uma relação entre nomes ou sinais de objetos, dando a entender ter assumido a última alternativa. Apresenta como exemplo uma igualdade

do tipo $a=b$, considerando que os sinais ou os nomes a e b referem-se à mesma coisa e conclui que “esta relação se manteria entre os nomes ou sinais, apenas na medida em que denominassem ou designassem alguma coisa. Sugere pensar as noções de sinal – sentido – referência para caracterizar a especificidade de cada um desses elementos. Para ele, o sinal corresponde a um sentido determinado, ao sentido corresponde uma referência determinada, e assim a referência não deve pertencer apenas a um único sinal. O autor pondera: [...] por “sinal” e por “nome”, entende qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla)” (FREGE, 1978, p. 61-62).

De acordo com Frege, para algo ser um nome próprio, é preciso que se “refira a um objeto singular, particular e não mais que um”. As únicas palavras que efetivamente nomeiam particulares são os nomes que se referem imediatamente a coisas simples. Para ele, “a designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou sinais, e cada uma destas designações de nome próprio, defendendo-os como palavras que se referem a particulares”. Na perspectiva de Frege, o nome próprio é um termo conceitual que exprime seu sentido, que pode ser caracterizado como convencional, constante, estável, pois é entendido como o modo de apresentação do objeto, ou seja, o sentido de um nome próprio “é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence” (FREGE, 1978, p. 63).

Nesse contexto, elucida a referência, caso tenha uma, mas de uma maneira sempre parcial. A conexão regular entre o sinal, o seu sentido e a sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e, ao sentido, corresponde uma referência determinada, enquanto a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal. Portanto, pode-se entender que um sentido nunca

assegura sua referência. Há ainda a noção de nomes próprios genuínos, esclarecida por Frege (1978, p.63) com o seguinte ponto de vista

no caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita.

Em suma, a proposta de Frege institui a tese de que um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) designa um objeto singular (um objeto determinado). Sob essa vertente, o nome próprio refere-se a um único objeto (unicidade) e não deve ser confundido com sentido, com referência, nem com representação. Essa diferenciação é fundamental para as construções teóricas que o sucederam. A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto à representação, mas que também não é o próprio objeto.

Já no século XX, destaque para Bertrand Russell. Embora tomasse a Lógica como uma espécie de eixo metodológico, tratou também de questões metafísicas, epistemológicas e linguísticas. Em sua obra, admite que o significado de um nome deve estar identificado com

o objeto que o nome denota. Instaure-se, por essa via, a condição necessária, embora não suficiente, para que algo possa ser nomeado – a de que possa ser denotado. Para ele um “termo” é tudo que pode ser mencionado; todo termo poderia ser um sujeito lógico de uma proposição; e tudo que pudesse ser sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeado. A questão dos nomes próprios – nomes logicamente próprios, por exemplo –, é analisada a partir de diversos ângulos, simultaneamente. Primeiramente, o nome próprio como o símbolo linguístico é empregado para a designação de particulares, que na sua óptica, são termos constituintes de relações com fatos atômicos, e isso basta do ponto de vista lógico (RUSSELL, 1974, p. 76-78).

Posteriormente, Russell esclarece que existe uma única relação do nome com o que ele nomeia, ou seja, “um nome só pode nomear um particular ou, se não o nomeia, não é em absoluto um nome, é um ruído”. Aí está o ponto em que se situa a diferença entre nome e proposição: **o nome deve ter exatamente aquela relação particular de nomear alguma coisa, mas uma proposição não deixa de ser uma proposição se for falsa**. Importante destacar que, para Russell, a única espécie de palavra teoricamente capaz de representar um particular é um nome próprio, e por isso a questão completa dos nomes próprios é algo bastante curioso. Ele define: “Nomes próprios = palavras para os particulares”. Destaca ainda que os nomes comumente usados, como por exemplo, “Sócrates”, são realmente abreviações para as descrições e o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries (RUSSELL, 1974, p. 78, grifo nosso).

De fato, o destaque da teoria de Russell é a diferença entre nomes próprios e descrições definidas na superfície linguística e, por meio desse paralelo, esclarece as diferentes formas de denotação. Na sua concepção, nomes próprios são símbolos simples, completos e designam indivíduos sem indicar-lhes propriedades, ao contrário das

descrições definidas que são compostas, incompletas e que só têm significado no contexto mediante o significado das palavras que as constituem.

Outro filósofo de destaque foi Ludwig Wittgenstein², considerado o precursor da pesquisa filosófica em linguagem. No TLP não há lugar para nomes próprios como ‘Sócrates’, ‘Homero’, pela simples razão de que Wittgenstein não oferece nenhum exemplo do que possam ser tais objetos, uma vez que podem ser definidos de diversos modos. A concepção dos nomes no TLP conserva uma mútua dependência da doutrina do atomismo lógico. Já nas IF, ele considera que é interessante comparar “a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem”. Nas IF, o autor faz muitas considerações sobre os nomes próprios da linguagem natural, tendo como parâmetro a tese de que o significado de um nome estaria identificado com o objeto nomeado. Mais explicitamente no § 40 (p. 21), avança na tematização dos nomes próprios. Ele chama a atenção para o significado de uma palavra, afirmando com relação a essa posição que:

[...] confunde-se a significação de um nome com o portador do nome. Se o sr., N.N. morre, diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: “O sr. N.N. morreu.” [...]: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucidada-se

² Para muitos estudiosos, sua obra se divide em: *Tractatus logico-philosophicus* (TLP), *Investigações filosóficas* (IF) e demais obras.

muitas vezes apontando para seu portador (WITTGENSTEIN, 1979, p. 21-22).

As ideias apresentadas por Wittgenstein influenciaram o trabalho dos pensadores da segunda metade do século XX, entre eles John Searle. Em seu artigo "Proper Names" (1958), defende que todo nome próprio é associado a um determinado conjunto de descrições que determinam que objeto seja designado por esse nome. Para Searle um nome é um designador indireto. Um nome próprio tem sentido não porque descreva características de um objeto (não descreve), mas sim porque está logicamente conectado com o conjunto de descrições definidas necessárias e suficientes para a descrição de um objeto particular. Como bem afirma o autor: "nomes (e sentenças) têm essencialmente um sentido, e apenas acidentalmente uma referência" (SEARLE, 1958, p. 251).

Defende a tese de que a distinção entre nomes próprios e descrições definidas pode ser explicada na originalidade dos nomes próprios, ou seja, o fato de eles possibilitarem a referência aos objetos sem que haja a necessidade de recuperar as características que devem apresentar a identidade do objeto. Desse modo, a imprecisão desses critérios, no que diz respeito aos nomes próprios, é então uma condição necessária para isolar a função referencial da função descritiva da linguagem. Contudo, há ainda outra questão a ser resolvida e questiona:

se os nomes próprios tem um sentido? Se com isso se pergunta se nomes próprios são, ou não usados para descrever ou especificar as características dos objetos, a resposta é "não". Mas se se pergunta com isso se nomes próprios estão logicamente conectados com características dos objetos que referem, a resposta é "sim", num sentido lógico não estrito (SEARLE, 1958, p. 253).

A resposta do autor é a impossibilidade de desvinculação do sentido do conteúdo intencional que o envolve. Significação e intencionalidade estão, assim, na mesma ordem no jogo da linguagem e encontram-se indissolivelmente ligados. Por conseguinte, nomes próprios referem-se a objetos se estão vinculados a certas descrições que identificam univocamente um dado objeto. Isso significa que nomes próprios de fato não referem diretamente seus portadores, mas apenas por meio de descrições, e o conjunto dessas descrições a que os nomes próprios estão vinculados não se constitui em um conjunto fechado. Na concepção teórica deste autor, para que um usuário utilize um nome próprio com sucesso, significa tanto quanto poder especificar e permitir ao interlocutor que especifique o objeto referido por esse nome. Ao apontar essa questão como central para uma análise da referência do nome próprio, Searle já produz o deslocamento que lhe convém, pois o ponto a discutir não é a referência dos nomes, mas a intenção de referir os indivíduos quando deles se utilizam.

Outro filósofo contemporâneo Peter Frederick Strawson, autor do artigo “On Referring” (1950, na revista *Mind*). Strawson exemplifica com a frase “O rei da França é sábio”, que já foi proferida em várias épocas (durante os reinados de cada um dos sucessivos monarcas franceses e nos períodos subsequentes nos quais a França já não era monarquia). Se a frase fosse pronunciada hoje, ninguém diria que se trata de uma sentença desprovida de significação; embora seja significativa, todos sabem que não existe, atualmente, um rei da França. Todavia, se um homem a proferiu durante o reinado de Luís XIV e se outro o fez durante o reinado de Luís XV seria natural dizer que ambos estavam falando de pessoas diferentes, mas, em cada caso, o que se observa é uma mesma utilização ou uso de sentença, com elocuições diferentes da mesma sentença, segundo o proferimento de cada locutor. É a partir dessas distinções que Strawson caracteriza o sentido e a referência de

expressões definidas e confronta a abordagem de Russell. Para ele uma expressão não tem a referência *x* ou *y*, mas é utilizada para mencionar ou fazer referência a *x* ou *y* (STRAWSON, 1980, p. 262-265).

Strawson afirma que, para fazer referências individualizantes, deve-se utilizar as expressões que podem, de fato, ocorrer como sujeitos lógicos singulares (pronomes demonstrativos, frases substantivas, nomes próprios e pronomes), juntamente com o contexto (no mais amplo sentido). E acrescenta que tenta estabelecer uma distinção entre papéis ou partes diferentes que as expressões podem desempenhar na linguagem, esclarecendo que **alguns tipos de palavras possuem predominantemente um papel referencial, como os pronomes e os nomes próprios.**

Observando o uso dos nomes próprios ordinários, o autor pondera que às vezes eles são considerados essencialmente “palavras”, utilizadas como “referência” a “apenas um único indivíduo”. Isso, segundo o filósofo, é falso, pois um nome pessoal ordinário é uma palavra, utilizada referencialmente, “cuja utilização não é prescrita por nenhuma significação descritiva que a palavra possa ter” e “não é prescrita, tampouco, por nenhuma regra geral para que seja utilizada como uma expressão referencial”, ou como parte de uma expressão referencial. Conclui que, “[...] pelo fato de eu referir-me a alguém pelo seu nome, é **simplesmente a existência de alguém, a quem se faz referência agora, que é convencionalmente referido pelo nome em questão**” (STRAWSON, 1980, p. 272-275; p. 277-278, grifo do autor).

Mais um filósofo, cuja obra merece destaque, é o francês Michel Foucault. Em sua obra *As palavras e as coisas* (2002), não trata diretamente do nome próprio, mas faz algumas considerações a essa questão, à medida que relata a evolução da linguagem:

sob sua forma primeira, quando foi dada aos homens pelo próprio Deus, a linguagem era um signo das coisas absolutamente certo e transparente,

porque se lhes assemelhava. Os nomes eram depositados sobre aquilo que designavam, assim como a força está escrita no corpo do leão, a realeza no olhar da águia, como a influência dos planetas está marcada na fronte dos homens: pela forma de similitude [...] (FOUCAULT, 2002, p. 49-50).

Assim, enfatiza que o povo hebreu carrega resquícios dessa nomenclatura primeira para mostrar que foi outrora a língua comum a Deus, a Adão e aos animais da primeira terra:

[...] Assim a cegonha, tão louvada por causa da caridade para com seus pais e mães, é chamada em hebreu Chasida, que quer dizer bondosa, caridosa, dotada de piedade... O nome Sus, do cavalo, é considerado do verbo Hasas, se não for antes este verbo que deriva do nome e que significa alhear-se, pois, entre todos os animais de quatro pés, aquele é ativo e bravo como Jó o descreve no capítulo (DURET, 1613, apud FOUCAULT, 2002, p. 50).

Já em meados do século XX, o destaque recai sobre o filósofo Saul Kripke, ao delinear uma proposta denominada teoria causal da referência. Trata-se de uma teoria da referência, cuja orientação é mais filosófica que linguística, pois está menos dirigida à explicação de fatos linguísticos que à extração de argumentos ou teses de caráter metafísico. A teoria concebida por Kripke parte de considerações semânticas, como as relações entre a linguagem e a realidade e, posteriormente, aplica os resultados obtidos no ataque ou defesa de certas teses filosóficas. Disso provém a atenção que tem recebido essa tese e o interesse que tem despertado, constituindo-se uma referência obrigatória na filosofia contemporânea. De acordo com Molino (1982, p. 14),

outro problema técnico da lógica conduziu Kripke a recusar a análise de Russell e propor uma nova concepção do nome próprio. Sabe-se que Russell identifica nomes próprios e descrições definidas porque seu comportamento lógico é análogo; por outro lado, Kripke opõe nomes próprios e descrições definidas, porque na análise semântica dos sistemas de lógica modal, os nomes próprios não têm o mesmo comportamento que as descrições definidas.

Granger (1982, p. 31) ressalta “a insistência de Kripke ao prosseguir as análises de Donellan sobre a caracterização do nome próprio como designador rígido”, ou seja, o nome próprio, “independentemente dos predicados atribuídos ao objeto que ele designa, se ligaria a esse objeto como a um ponto arquimediano sem fraudes”. Esclarece que “Kripke considera o nome próprio à medida que ele designa univocamente um indivíduo” [...] “não dependendo senão em aparência de nossa maneira de descrevê-lo”.

Saul Kripke, em “Naming and Necessity” (1996), apresenta as argumentações teóricas sobre designação por pressupostos que circulam no campo da Filosofia. Na verdade, essa obra se situa na interface entre três disciplinas diferentes, a saber: a Lógica, a Filosofia da Linguagem e a Linguística. Em relação às descrições definidas, ele apresenta algumas considerações envolvendo os conceitos de referência e necessidade. Na questão da nomeação, esclarece que “nome próprio, isto é, o nome de uma pessoa, de uma cidade, de um país etc.” Afirma que

nós usaremos o termo “nome” de tal forma que ele não inclua descrições definidas daquele tipo, mas somente aquelas coisas que em linguagem ordinária seriam chamadas ‘nomes próprios’. Se nós queremos um termo comum para cobrir nomes e

descrições nós podemos usar o termo 'designador' (KRIPKE, 1996, p.254).

Kripke (1996, p. 258) declara que é necessário recorrer à noção de 'identidade através dos mundos possíveis', para fazer a distinção entre 'designador rígido' e 'designador não-rígido ou acidental'. Chame algo 'designador rígido' se, em qualquer mundo possível, ele designa um objeto; um 'não-rígido' ou 'designador acidental' (casual) se não é esse o caso. Para o autor, nomes próprios não são sinônimos de descrições definidas, pois essas possuem um conteúdo que diz algo acerca do objeto, enquanto os nomes não têm esse conteúdo, não indicam qualidades acerca de seus referentes, ou seja, não descrevem uma ou mais propriedades dos objetos.

Um fato levantado por ele para defender a tese de que os nomes próprios são designadores rígidos é o de que utilizamos os nomes em situações contrafactuais. Essa tese é, de acordo com Kripke (1996, p. 258-259), intuitiva. Em situações contrafactuais, usamos os nomes de tal modo que eles se referem ao mesmo objeto que se referem no mundo atual. Todavia, o quadro geral apresentado por ele é muito mais complexo do que parece, e as ideias defendidas por ele correspondem à exigência de ter que sugerir um modelo alternativo. Fica absolutamente transparente o quadro teórico kripkeano:

um enunciado grosseiro de uma teoria poderia ser o seguinte: Um "batismo" inicial tem lugar. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é passado de elo a elo, o receptor do nome tem, eu penso, de intencionar, quando ele o aprende, a usá-lo com a mesma referência com que o homem, de quem ele ouviu o nome, o usou (KRIPKE, 1996, p. 266).

O propósito de Kripke, ao apresentar o alcance e os limites da sua proposta, é a de que o seu quadro causal, dentro do qual trabalha a noção de designador rígido, tenha maior capacidade explicativa do que o descritivismo e suas variantes, para o fenômeno da nomeação. E, ainda, ao tratar do nome próprio como designador rígido, não está procurando uma teoria da categoria em questão, mas sim um dispositivo técnico que permita a identificação de um indivíduo em todos os mundos possíveis. Nesse sentido, o autor afirma categoricamente:

Aqueles que têm argumentado que para fazer sentido da noção de designador rígido, nós devemos antecipadamente fazer sentido do critério de identificação transmudana tem precisamente colocado a carroça na frente dos bois; é porque nós podemos referir (rígidamente) Nixon e estipular que nós estamos falando do que poderia ter acontecido para ele (são certas circunstâncias), que identificações transmudanas são não-problemáticas nesse caso (KRIPKE, 1996, p. 259).

O nome próprio na Mitologia

A filosofia na Grécia nasceu com o problema da origem do mundo, da geração das coisas. Os primórdios da filosofia grega coincidem com as cosmologias míticas dos poetas, nos apótemas dos Sete Sábios e, sobretudo, na reflexão ético-política dos poetas.

Chauí (2000, p.32), ao abordar a questão do mito, concebe-o como

uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (origem dos astros, da Terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos, do bem e do mal, da saúde e da doença, da morte, dos instrumentos de trabalho, das raças, das guerras, do

poder, etc.). A palavra mito vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador. E essa autoridade vem do fato de que ele ou testemunhou diretamente o que está narrando ou recebeu a narrativa de quem testemunhou os acontecimentos narrados.

Já na perspectiva de Eliade (1991, p. 5),

o mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares. [...] o mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos [...] o mito conta graças aos feitos dos Seres Sobrenaturais, uma realidade que passou a existir, quer seja uma realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento, uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É, pois, sempre uma narração de uma criação, descreve-se como uma coisa foi produzida, como começou a existir [...].

A importância dos mitos, no estudo das culturas, segundo Crippa (1975, p. 81), não resulta apenas do fato de “tudo neles se voltar para as origens, em busca de um encontro com os princípios”. Resulta, muito mais, do fato de “essas origens constituírem os modelos exem-

plares de tudo o que o homem é, de tudo o que possa vir-a-ser, de tudo o que possa realizar e fazer.” De acordo com esse autor, a história das religiões atribui sacralidade às origens: “os mitos, constituindo a linguagem adequada às primordialidades, são religiosos ou envolvidos pela força do sagrado”. O mundo mítico é um mundo sagrado.

Entre os gregos, o mais antigo documento da cosmologia mítica é a *Teogonia: a origem dos deuses* do poeta grego Hesíodo (século VIII a. C.), obra que inclui uma cosmogonia: o problema das origens do mundo e da causa de todas as coisas está estreitamente ligado ao da geração dos deuses. Destacam-se também as epopeias escritas por Homero, *Ilíada* e *Odisséia* (ABBAGNANO, 1985, p. 21).

Na *Teogonia: a origem dos deuses*, o mundo surge com o nascimento dos numerosos deuses que o constituem. Nessa obra, alguns nomes próprios aparecem seguidos de uma definição/descrição: a.) ciclopes (Ciclope denominava-os, porque neles repousava sozinho na frente um olho circular); b.) Afrodite (Deusa nascida de espuma); c.) Citeréia (porque tocou Citera); d.) Cípria porque nasceu na undosa Chipre; e.) o cavalo Pégaso (que tem esse nome porque nasceu ao pé das águas do Oceano) (HESÍODO, 1995).

Na *Odisséia* alguns fatos que remetem ora ao nome ora ao ato em si como, por exemplo, em “[...] chamava-se Arneu, nome que a sua veneranda mãe lhe pusera, ao nascer [...]” e em “Antes de mais nada, quero dizer-vos o meu nome, [...] Eu sou Ulisses, filho de Laertes [...]” (HOMERO, 1994). Outro fato destacado por Homero na obra é a importância da nomeação de pessoas e de lugares: “Dize-me como na pátria o teu pai e a tua mãe e os outros homens da cidade e dos arredores te chamam; porquanto **todos os homens, sem exceção, bons e maus, desde que nascem, tem um nome, [...]. Nomeia também a tua terra, o teu povo e a tua cidade [...]**” (HOMERO, 1994, grifo nosso).

Já na *Iliada* o destaque se dá com relação ao grau de parentesco nos nomes, como por exemplo, em:

- a.) “[...] **Filho de Atreu**, quero crer que nos cumpre voltar para casa sem termos nada alcançado [...]”;
b.) “[...] Entanto, alça-se o velho **Nestor, o orador delicioso dos Pílios**, de cuja boca fluíam, mais doces que o mel, as palavras”; e nos topônimos: a.) “[...]destruir as muralhas da alta cidade de **Príamo**, [...]”; b.) “[...] **Tebas**, cidade sagrada de Eecião [...]” (HOMERO, 2009, grifo nosso).

O nome próprio na Antropologia

Outros pesquisadores, também discutem o tema nome próprio, e dentre eles, situam-se os que se dedicam aos estudos antropológicos. Na verdade, os antropólogos se interessam pelos métodos linguísticos na busca de informações, sobretudo etimológica, que esclarecessem os ritos e os mitos. Lévi-Strauss e sua obra “O Pensamento Selvagem”, pondera que os nomes próprios “não formam uma simples modalidade prática dos sistemas classificatórios”, por isso constituem um problema para linguistas e etnólogos. Segundo ele, os linguistas se ocupam da natureza dos nomes próprios e de seu lugar no sistema da língua, enquanto os etnólogos estabelecem que os nomes próprios fazem parte “integrante de sistemas tratados como códigos: meios de fixar significações, transpondo-as para termos de outras significações” (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 200).

As pesquisas de Lévi-Strauss demonstram que a base descritiva e classificatória do nome próprio depende, em sua grande maioria, de toda uma simbologia reconhecida pelas diferentes culturas. Examinando tribos da América do Sul, entre eles os tupis, cavaíba e os bororos, comprova que esses povos formam seus nomes próprios com

base nas denominações clânicas, já que os nomes procedem de um saber sagrado e esotérico ou estão ligados à personalidade social com o intuito de evidenciar costumes, ritos e proibições, apresentando, assim, um caráter totêmico (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 203).

Destaca ainda a existência de tribos que não usam denominações clânicas, como os iroqueses, que formam seus nomes próprios a partir de um verbo e um substantivo incorporado, ou de um substantivo seguido de adjetivo, como por exemplo: No-centro-do-céu, Ele-levanta-o-céu, Flor-pendida, Ele-anuncia-a-derrota, Lá-onde-dois-rios-se-unem. Também menciona situações consideradas por ele como casos embaraçosos, relacionadas a diversas tribos africanas, entre elas a dos baganda, em que alguns clãs são ricos em nomes, enquanto outros são pobres. Os nomes dessa tribo não são reservados aos seres humanos, porque os dão também “às colinas, aos rios, aos rochedos, às florestas, aos olhos d’água, aos desembarcadouros, aos arbustos e às árvores isoladas”. Na tribo dos lugbara, os nomes, dentro de um mesmo subclã, se referem ao comportamento e ao caráter dos pais: no vocábulo “preguiça” do nome Em-preguiça, os filhos recebem esse nome porque os pais são preguiçosos; e o vocábulo “cerveja” do nome No-pote-de-cerveja, é atribuído ao filho porque o pai é bêbado, etc. (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 207-209).

Esse mesmo poder do nome aparece ilustrado em um novo episódio acerca da tribo Nambikwara (Mato Grosso – Brasil), para a qual conhecer o nome próprio de alguém equivale a ter poder sobre esse alguém. Por isso, na comunicação cotidiana, os indígenas utilizam pseudônimos, recusando-se a dizer o seu verdadeiro nome, o que acontece nos ritos religiosos. Referindo-se aos nomes próprios e aos nomes de espécie (aves, cães, gado, cavalos, etc.) (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 274-275).

O autor defende a não existência de diferença fundamental entre os dois tipos, para destacar que,

enquanto provenientes de um conjunto paradigmático, os nomes próprios formam, pois, a franja de sistema geral de classificação: são, ao mesmo tempo, seu prolongamento e seu limite. Quando entram em cena, o pano se levanta para o último ato da representação lógica. Mas o tamanho da peça e o número de atos são fatos de civilização, não de língua. O caráter mais ou menos “próprio” dos nomes não é determinável de maneira intrínseca, nem pela simples comparação com outras palavras da linguagem; depende do momento em que cada sociedade declara terminado seu trabalho de classificação. Dizer que uma palavra se percebe como nome próprio, é o mesmo que dizer que ela se situa num nível além do qual nenhuma classificação se faz necessária, não absolutamente, e sim dentro de um sistema cultural determinado. O nome próprio permanece sempre do lado da classificação (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 248).

Ainda tratando da questão do nome próprio no âmbito da Antropologia, recuperamos o pensamento de Frazer, na obra “O Ramo de Ouro” (realizado entre 1911 e 1915). Nessa obra ele destaca que, em várias tribos primitivas, o nome é considerado como uma realidade e não como uma convenção artificial que pode servir de intermediário, tal como os cabelos, as unhas ou qualquer outra parte da pessoa física, para fazer atuar a magia sobre essa pessoa. Assim, para membros desse modelo cultural, como os índios da América do Norte, o nome não é uma etiqueta, mas uma parte distinta do corpo, como os olhos, os dentes, razão pela qual se deve preservar e cuidar do nome como se faz com outras partes do corpo, caso contrário, é o próprio corpo físico que será atingido, ferido. Há, nessa cultura, um complexo sistema de interdições, ou de tabus, que visam a garantir a salvaguarda

do nome, uma vez que o ato da pronúncia materializaria propriedades reais da pessoa que o usa, tornando-a vulnerável aos olhos dos seus inimigos (FRAZER, 1981, p. 167).

Seus estudos exemplificam, por meio de dados oriundos de diferentes culturas, nessa dinâmica de preservação do nome-corpo:

entre os Esquimós, com a prática de dar um novo nome para quando algum dos seus se torna velho; [...] um aborígine australiano acredita que um inimigo poderia praticar magia negra contra ele, se conhecesse seu nome; na Ilha de Chiloe, os índios guardam seus nomes em segredo; se um espírito malévolo os conhecesse poderia fazer-lhes mal; não os conhecendo, seria impotente para agir. Há um temor de que os maus espíritos façam maldades ao detentor do nome (FRAZER, 1981, p. 291-292).

Ainda segundo ele, “os antigos egípcios recebiam dois nomes: o nome verdadeiro (era secreto e ciosamente ocultado) e o nome onomástico, isto é o nome pequeno (era público)”. Menciona também a visão dos Cafres, sociedade onde as mulheres são proibidas de pronunciar o nome do sogro e de todos os varões da família do marido; como também quaisquer palavras que tenham semelhança com os mesmos, o que concede às mulheres um modo de falar tão peculiar que acaba por impor-lhes uma língua à parte (FRAZER, 1981, p. 291; p. 295-296).

Já entre os Abípones, habitantes originários do Paraguai, segundo Frazer (1981, p.302), há o hábito de introduzir palavras novas todos os anos, uma vez que todas as palavras que de alguma forma fazem alusão aos nomes dos mortos devem ser substituídas por outras. Esse processo impossibilitaria o aparecimento de uma memória, mesmo em termos de uma tradição oral, pelo fato de a língua não se constituir como um código minimamente estável, mas transformar-se continuamente.

Em muitas sociedades arcaicas o nome de um rei, de um chefe ou de uma pessoa sagrada é tabu. Segundo ele

no Dahomey o nome do rei era sempre secreto, e se algum malvado o conhecesse poderia fazer-lhe mal. Os nomes com que os europeus conheceram esses reis não eram seus nomes verdadeiros, mas meros títulos. E também, no antigo Sião, era muito difícil descobrir o nome verdadeiro de um rei, pois esse era mantido em segredo por medo de bruxarias, por isso quem o dissesse seria encerrado em um calabouço. Para referir-se ao rei, diziam: o augusto, o perfeito, o supremo, o grande imperador, o descendente dos anjos (FRAZER 1981, p. 304-305).

Exemplifica ainda que entre os sulus (mar de Sulu, sul das Filipinas) ninguém mencionava o nome do chefe da tribo ou os nomes dos pais do chefe; nem pronunciava palavras comuns que coincidissem ou recordassem de algum modo o nome tabuado. E mais, em “Madagascar, tanto os nomes de família como os de pessoas” são tirados do vocabulário comum. “Por isso, é preciso inventar” um vocábulo novo, substituindo o anterior, para o objeto proibido (animal, planta, cor, etc.), quando esse nome se torna tabu. E ainda “são tabuados os nomes próprios de reis e chefes não só vivos, mas também soberanos mortos”. Entre os sakalavos, um povo da Polinésia, quando morre o rei, os nobres e o povo, reunidos em torno do cadáver, escolhem solenemente um novo nome para o extinto monarca e esse será o nome com que será referido no futuro. Adotado o novo nome, o antigo se torna sagrado e ninguém ousará pronunciar-lo sob pena de morrer (FRAZER, 1981, p. 305-306).

A escolha do nome e o ritual do registro também são destaque na obra de Bram (1968). O autor cita o caso dos Kwotto (Nigéria do Norte) que contratam os serviços de um adivinho, que tem como função

descobrir se um recém-nascido é ou não reencarnação de algum falecido ancestral do grupo. Assegura também o autor que, em algumas sociedades africanas, as crianças recebem dois nomes: um tido como o nome verdadeiro (nunca revelado a ninguém) e outro que é dado a público. Esse autor cita ainda que os Navajos (Sudoeste americano), povos que ocultam o nome verdadeiro, por acreditarem que ele seja um talismã, pois se for pronunciado com frequência enfraquece e perde a potência. Já os índios Pomo (Califórnia) dão nomes aos filhos de um homem, cuja profissão espera que a criança siga, enquanto os Menominee (Grandes Lagos – América do Norte) acreditam que os nomes pessoais são predeterminados pelo sobrenatural. Por fim, os índios Ojibwa (Grandes Lagos – América do Norte) contratam um feiticeiro para descobrir o nome a ser dado e aguardam que o nome das crianças seja revelado em sonhos (BRAM, 1968, p. 76-77).

O nome próprio na Linguística

É fato que a discussão acerca dos nomes próprios não tem merecido muito destaque no âmbito dos estudos linguísticos, se comparado com o espaço ocupado entre as outras áreas do conhecimento. Somente nas últimas décadas, observa-se uma preocupação maior quanto ao estudo de aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos, relativos aos nomes próprios. Destacamos, inicialmente, o surgimento, em 1660, da *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, ou *Gramática de Port-Royal*, de Lancelot e Arnaud que serviu de modelo para grande número de gramáticas do século XVIII. Nesta gramática, os nomes compreendem os substantivos e os adjetivos e ambos designam “os objetos de nossos pensamentos” e podem ser “as coisas como a terra, o sol [...], que chamamos substância”, ou aquilo que chamamos “acidente”, como “ser redondo, ser vermelho, etc.”, no primeiro caso estes nomes são substantivos e no segundo adjetivos (KRISTEVA, 1969, p. 194).

A chegada do século XIX traz as constatações quanto à complexidade que envolveu os estudos sobre o nome próprio. Um autor de destaque é Michel Bréal, cuja obra se baseou no método neogramático. À época em que o “Ensaio de Semântica” (1897) foi publicado, os linguistas defendiam a classificação dos nomes próprios como uma categoria à parte, sob o pretexto de que esses nomes não apresentavam valor etimológico e sofriam transformações fonéticas mais lentas do que outras categorias de nomes da língua. Bréal (1992, p. 123) destaca:

de tudo o que precede podemos tirar uma conclusão: não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto.

Argumenta que, quando um substantivo é abstrato, há mais equivalência entre o nome e aquilo que ele representa, pois, a um substantivo abstrato, associa-se uma determinada “operação no espírito”, de modo que,

quando tomo as duas palavras, compressibilité, immortalité, tudo o que se acha na ideia se acha na palavra. Mas, se tomo um ser real, um objeto existente na natureza será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: **cria assim um nome**

que não tarda a se tornar um signo (BRÉAL, 1992, p. 123, grifo nosso).

Nota-se que, assim como os substantivos abstratos, os nomes próprios são diferenciados dos demais tipos de nomes. O autor finaliza argumentando que os nomes próprios formam uma espécie situada “fora da língua”, pois, para essa categoria, “o sentido etimológico não conta para nada”, havendo só uma diferença “intelectual” entre nome próprio e nome comum:

se se classificam os nomes segundo a quantidade de ideias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais. Um adjetivo como *augustus*, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de ideias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra César, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã *Kaiser*, que significa “imperador”, para ver o que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum. Donde se pode concluir que do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência (BRÉAL, 1992, p. 126).

De acordo com Bréal, com exceção dos nomes próprios, havia entre a palavra e aquilo que ela designa uma relação inconveniente, isto é, inacabada e inexata, pois a relação entre palavra e coisa nunca está inteiramente concretizada, havendo sempre uma lacuna pela qual o significado da palavra se ajusta a cada situação de uso.

Numa época dominada pelas ideias defendidas pelos neogramáticos, surge a teoria de Saussure. O tema nomes próprios não aparece como tópico específico no *Curso de Linguística Geral* (1916). No capítulo

Analogia e Evolução, aparece o destaque para o fato de o nome próprio como palavra isolada não permitir nenhuma análise no interior do sistema:

as únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Gêneze, Agen, etc) que não permitem nenhuma análise e por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles (SAUSSURE, 1969, p. 201).

Outro linguista de destaque foi Stephen Ullmann. Em sua obra “Semântica – Uma introdução à ciência do significado” (1964), ele situa a linguagem no âmbito de uma teoria geral dos signos; e aceita a distinção entre língua e fala. Destaca a importância crucial do contexto, quando trata da determinação do significado das palavras. Assevera que até os nomes próprios (considerados por ele como as mais concretas de todas as palavras) têm uma variedade de aspectos dos quais um só será o adequado para uma situação particular. Ao tratar do nome, ele destaca a preocupação com algumas situações: “a posse de um nome desde tempos imemoriais”; “os nomes são frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus”; a distinção entre nome próprio e um substantivo comum é que o primeiro é “escrito com maiúscula”. E salienta uma vez mais que a diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos, simples marcas de identificação (ULLMANN, 1987, p. 119; p. 148-151).

Contudo, resta ainda uma questão: a fronteira entre as duas categorias não é de modo algum decisiva, pois muitos nomes próprios

derivados de substantivos comuns ainda mostram marcas da sua origem, como por exemplo: Blackpool (pântano negro), Newcastle (Castelo Novo), apelidos como Smith (ferreiro), e Carpenter (carpinteiro), nomes de pessoas como Pearl (Pérola) e Heather (urze). Há, ainda, o processo inverso (um nome próprio se transforma num substantivo comum), seja de forma metafórica (quando uma pessoa ou um lugar dão o seu nome a uma classe inteira de pessoas ou lugares semelhantes: Cícero, (para todos os guias tagarelas conhecidos por cicerone-s), seja metonímica (baseado em qualquer relação, que não semelhança: chauvinismo – origem no nome próprio de Nicolas Chauvin de Rochefort, soldado cujo patriotismo exibicionista foi ridicularizado em caricaturas e no palco) (ULLMANN, 1987, p. 160-162).

Nos casos citados, ocorre segundo Dick (1999, p. 125), a “intersecção dos campos onomásticos”, uma vez que o mesmo referente ou nome próprio “ensejam a criação de termos funcionais, derivados da forma primitiva”. A “troca dos campos aplicados não altera, na estrutura básica do vocábulo, a sua carga semântica.” Houve modificação, portanto, na “passagem do vocábulo de seu estado de língua para o estado denominativo [...]”.

Outro aspecto a ser destacado no âmbito de uma discussão acerca do estatuto do nome é o da relação semântica que se estabelece entre um objeto e sua denominação, e a referência entre o objeto, o conceito e a forma da palavra. Ao tratar da relação semântica existente entre um objeto e seu nome, Lyons (1980, p. 429), postula que

os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de “denominar”; e a questão que daí decorre é a de saber se os “nomes” dados às “coisas” eram de

origem “natural” ou “convencional” [...]. No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a “coisa” ou as “coisas” por ela “denominada.” Retomando a distinção formulada pelos gramáticos medievais: a forma de uma palavra (*vox* – parte duma *dictio*) significava “coisas” em virtude do conceito associado a essa forma no espírito dos falantes; e o “conceito”, olhado desse ponto de vista, era o significado da palavra (a sua *significatio*). Consideremos essa a visão tradicional da relação entre palavras e “coisas”.

Ao tratar da questão do nome próprio, destaca os três tipos de expressões referenciais: sintagmas nominais definidos; nomes próprios e pronomes pessoais. A concepção de nomes próprios, no âmbito da Lógica, nos demonstra que, ao serem utilizados como expressões referenciais, “identificam os seus referentes, não os descrevendo em termos de uma propriedade relevante que o nome denota, mas utilizando a associação única e arbitrária entre um nome próprio e o seu portador”. Argumenta, ainda, que os nomes próprios, da maneira como são empregados no cotidiano, comportam duas funções: a referencial e a vocativa. Em relação à função referencial, destaca que “os nomes são frequentemente usados simplesmente para chamar a atenção do locutor para a presença da pessoa que se nomeia ou para lembrar ao auditor a existência ou importância dessa pessoa”. Já a função vocativa dos nomes próprios é reconhecida por atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada e, também, em certos usos de nomes comuns, como por exemplo, no caso de “rapaz”, em “Vem cá, rapaz!”, em que, diferenciado ou não em sua forma, esse nome aproxima-se “do uso de um nome próprio ou de um título” (LYONS, 1980, p. 176; p. 178).

Destaca também que, quando duas pessoas se apresentam pelo nome – “Apresento-te o João”, “Chamo-me Zé” –, entra em cena um ato de nomeação que é classificado por ele como “nomação didática”. Para explicar o conceito de “nomação performativa” recupera o exemplo utilizado por Austin para ilustrar os enunciados performativos: “batizo este barco Queen Elizabeth”. Nesse sentido, cada ato de “nomação performativa” é regido por regras que impedem que pessoas não autorizadas o realizem e “não se pode assumir esse papel quando e como bem entendemos” (LYONS, 1980, p. 179). Nessa perspectiva, alerta para o fato de não bastar escolher um nome próprio, pois é preciso produzir um ato de atribuição:

o princípio de que os nomes próprios não têm sentido não é invalidado pelo fato de a nomação performativa formal ou informal poder ser determinada por certas condições culturalmente prescritas de conveniência semântica. Em determinadas culturas, há um conjunto mais ou menos bem definido de nomes de pessoas institucionalizados (João, Maria etc.) que são atribuídos às crianças (LYONS, 1980, p. 181).

Para Lyons, a questão de saber “se os nomes próprios pertencem ou não a um sistema linguístico particular”, ou se eles têm um sentido ou não, “não se pode dar uma resposta simples e universalmente válida”, sobretudo, porque, segundo ele, “certos nomes ao menos parecem ter uma significação simbólica, etimológica ou de tradução” (1980, p. 183). Para esse linguista, os nomes próprios “não têm sentido, ou um tipo de significação única e especial que os distinga, como classe, dos nomes comuns”. Todavia, chama a atenção para o fato de “os nomes de pessoas poderem ter uma função vocativa paralelamente a uma função referencial ou quase-referencial no comportamento linguístico”.

Mais contemporaneamente, ainda na área da Linguística, outro trabalho de destaque é o de Kleiber (1984), para quem “a linguagem tem por vocação primeira falar sobre o real”, sendo que “função de designação e representação constituem a principal característica do signo linguístico: não basta estar no lugar de algo”. Dessa maneira, sustenta que a “relação de denominação é uma parte constitutiva desta dimensão referencial”, e estabelece a distinção entre denominação e designação. Segundo ele, a denominação se efetua na dependência de uma instauração prévia de um laço referencial particular entre o objeto x e o signo X . Considera a denominação como a relação que une uma unidade lexical codificada a seu referente. Já as frases de designação, contrariamente às frases de denominação, não pressupõem nenhuma denominação prévia. Além disso, o esquema X (signo) \leftrightarrow x (coisa) pode ser ainda desdobrado em pelo menos duas distinções principais: a referência e a denominação (KLEIBER, 1984, p. 77). Afirma ainda que

com o ato de denominação prévio, os nomes se restringem aos simples signos que foram atribuídos às coisas da realidade que eles designam. Entretanto, destaca que há o estabelecimento de uma regra de fixação referencial que permite a utilização ulterior do nome pelo objeto denominado (KLEIBER, 1984, p. 81).

Argumenta que o estatuto exclusivamente referencial atribuído ao nome próprio confronta com as ideias de Mill (1843), à medida que este distingue os nomes quanto à sua significação, enquanto na sua proposta de ordenação das classes dos nomes, concebe o nome próprio como um nome de objeto que não conota nada e que não possui significação, mas sim denota os indivíduos a quem dão o nome, o que não implica qualquer atributo pertencente a esses indivíduos.

E mais, o nome próprio possui uma determinada estabilidade enquanto outros nomes têm, geralmente, uma significação ocasional.

Na Antiguidade, a escolha dos temas dos nomes que motivavam a sua imposição era feita segundo uma concepção diferente da abordagem moderna. Com o crescimento das famílias e da população das comunidades, alguns nomes começaram a se popularizar e a serem também usados por descendentes de outras famílias, gerando, assim, dificuldades na distinção de cada pessoa. Surge, então, a necessidade da criação de um segundo nome que, acrescentado ao primeiro, identificasse melhor as pessoas. Já na sociedade atual há nomes adequados às pessoas e aos lugares, embora deva ser considerado o fato de às vezes os designativos serem escolhidos muito mais pelos modismos do que por qualquer preocupação com o seu verdadeiro significado. Na verdade, percebe-se que, a partir da mesma matriz lexical da língua (de uma única lexia), formam-se topônimos e antropônimos, assim como se forma um topônimo a partir de um antropônimo e o contrário. Dick explicita que “a troca dos campos aplicados não altera, na estrutura básica do vocábulo, a sua carga semântica. Em qualquer das posições citadas (antropônimo, topônimo ou corônimo), a intenção da escolha é a homenagem ao ator que se esconde na forma linguística esvaziada (antropônimo)” (1999, p. 125).

Como os estudos onomásticos envolvem a função referencial ou denotativa da linguagem, não se pode falar em Onomástica – Toponímia e Antroponímia – sem considerar a questão da referência. Segundo Seabra (2006, p. 1956), o topônimo e o antropônimo são, pois,

entidades que vão além da expressão linguística e envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam. Dentro dessa “teoria causal da referência”, Oliveira (1996) diz que o nome próprio é um “designador rígido”, pois designa um indivíduo de uma

maneira única e direta. Mais que isso, acrescentamos que os nomes de lugares, assim como os nomes de pessoas são “designadores rígidos” já que representam ou são os próprios referentes em uma situação de comunicação, podendo-lhes atribuir, por isso, no âmbito dos estudos linguísticos, certa singularidade.

Na Onomástica, mais especificamente no nome de lugar, a função simbólica ou representativa do topônimo, isto é, o vínculo do significado do nome a determinada localidade ou acidente indica, necessariamente, que se pergunte o que esse nome simboliza e o que esse nome representa ou denomina. Embora a sociedade sofra mudanças ao longo do tempo, o topônimo permanece na língua, e o sistema de referência extralinguístico pode ou não se perder. Nessa conservação ou perda, a rede referencial se torna opaca, constituindo-se, portanto, uma referência exata: a pessoa identifica alguém ou determinada localidade sem, contudo, atribuir-lhe um significado, preserva o referente, mas não a informação e, assim, os topônimos e antropônimos permanecem na língua.

Os proponentes da Teoria Causal da Referência³ chamam a atenção para o fato de o contato com o objeto ser um elemento determinante para a fixação da referência de um nome, ou seja, que o objeto seja considerado como a causa (a fonte ou a origem) de o nome ter uma referência. O ponto central da teoria é a tese de que os nossos usos de um nome dependem de usos anteriores, e estes, por sua vez, de outros usos mais anteriores, e assim sucessivamente até atingir o

³ Graça defende que a teoria da referência se trata de uma teoria capaz de explicar, “em termos de condições necessárias e suficientes, como é que a referência de um nome é para ser fixada” (2003, p. 195). Essa teoria é defendida pelos filósofos S. Kripke, K. Donnellan e H. Putnam, entre outros.

ponto em que se encontram os primeiros usos do nome, que ocorrem na presença do objeto, relacionando, diretamente, o nome com o objeto que é o portador do nome. Basicamente podemos entender a cadeia causal como constituída por um conjunto de elos que ligam o uso atual de um nome a um uso anterior e assim sucessivamente até o primeiro uso do nome, que é considerado como tendo origem num objeto que é a sua causa (a causa desse primeiro uso).

Considerações finais

Neste trabalho demonstramos vários posicionamentos com relação ao conceito de nome próprio, além da constatação de a análise dessa categoria do nome escapar ao estabelecimento de fronteiras entre diferentes disciplinas, o que obriga o estudioso desse assunto circular pela Filosofia, pela Antropologia, pela Linguística, dentre outras áreas do conhecimento. Autores como Mill, Frege e Russell conceituaram a categoria do nome próprio à luz da perspectiva lógica de cada um e, dada a sofisticação lógico-filosófica dos textos desses autores, o debate contemporâneo sobre o estatuto do nome próprio tomou rumos bastante diversos. As consequências mais importantes, a esse fato, é que, de repente, lógicos, filósofos e linguistas passaram a se ocupar da abordagem dessa categoria de nomes. Entretanto, nesse debate ainda não houve um consenso mínimo, pelo menos, quanto à delimitação da esfera de análise desse tipo de nome.

O retorno necessário aos questionamentos lógico-filosóficos mostrou que o estudo dos nomes próprios, ainda na atualidade, constitui ponto de controvérsia para a teoria da linguagem, principalmente em termos de sistematização do estatuto linguístico desse tipo de nome. De um modo geral, pode-se destacar a posição dos teóricos que sustentam que o nome próprio funciona como marca individual (Mill); há também a posição daqueles para os quais o nome próprio assegura a

continuidade da referência, tomando o ato referencial como relevante (Frege, Kripke); e aqueles que consideram a questão dos estudos da significação do sentido (o sentido enquanto objeto), a significação (Russell). Nota-se, pois, que as contribuições relativas ao conceito de nome próprio, apresentadas por teóricos vinculados às áreas do conhecimento anteriormente focalizadas – cada uma dentro das especificidades de seus posicionamentos teóricos –, fornecem elementos que não podem ser desconsiderados na análise do estatuto do nome próprio.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. 3. ed. Lisboa, Presença, 1985. 14 v.
- AQUINO, São Tomás. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- BRAM, Joseph. *Linguagem e sociedade*. Bloch: Rio de Janeiro, 1968.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. Tradução de Aida Ferras et al. São Paulo: Pontes, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e questões terminológicas na Onomástica: estudo de caso. *Investigações: Linguística e Teoria Literária*, v. 9, 1999.
- ELIADE, Mircea. *Mito y realidad*. Traducción de Luis Gil. Barcelona: Labor, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FRAZER, George James. *La rama dorada. Magia y religión*. 8. ed. Traducción de Elizabeth e Tadeo I. Campuzano. Mexico: Fondo de Cultura Económica; Madrid: Ronda de Toledo, 1981.

- FREGÉ, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- GRAÇA, Adriana Silva. *Referência e denotação: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- GRANGER, Gilles. A quoi servent les noms propres? *Revue Langages*, Paris, n. 66, juin 1982.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução de Jaa Torrano. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HOBBS, Thomas. *Elementos de Filosofia – Primeira seção – sobre o corpo*. Parte I – Computação ou lógica. Tradução de José Oscar de A. Marques. Campinas: Unicamp, 2005.
- HOMERO. *Odisséia*. Tradução de E. Dias Palmeira e M. Alves Correia. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994.
- HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Manoel Odorico Mendes. Disponível em: <<http://www.iliadadeodorico.wordpress.com>>. Acesso em: 16 out. 2009>.
- KLEIBER, Georges. Dénomination et relations dénominales. *Revue Langages*, Paris, v. 19, n. 76, déc. 1984.
- KRIPKE, Saul. Naming and Necessity (1980). In: MARTINICH, A. P. (Ed.). *Philosophy of Language*. 3rd ed. Oxford: Oxford University, 1996. p. 382–409.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- LYONS, John. *Semântica*. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Presença, 1980. v.1.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Maria C. da Costa e Souza e Almir de O. Aguiar. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1970.
- MILL, John Stuart. *Sistema de Lógica dedutiva e indutiva*. Tradução de João Marcos Coelho. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MOLINO, Jean. L'onomatopée dans la langue. *Revue Langages*, Paris, n. 66, juin. 1982.
- PLATÃO. Crátilo. In: _____. *Teeteto. Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. rev. Belém: EDUFPA, 2001.
- RENAN, Ernest. *Origem da linguagem*. [Salvador]: Progresso, 1950.
- ROBINS, Robert Henry. *Pequena história da Linguística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- RUSSELL, Bertrand. *Lógica e conhecimento (Ensaio Escolhidos)*. Tradução de Pablo Ruben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de A. Chelini, José P. Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [1995].

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2006. v. 1, p. 1956.

SEARLE, John Rogers. *Proper Names*. In: MARTINICH, A. P. (Ed.). *Philosophy of Language*. 3rd ed. Oxford: Oxford University, 1996.

STRAWSON, Peter Frederick. Escritos Lógico-linguísticos. In: RYLE, Gilbert et al. *Ensaio*. Seleção de Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. Tradução de Balthazar Barbosa Filho et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ZAMARIANO, Márcia. *Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2010.

Recebido em 11 de novembro de 2011

Aprovado em 7 de fevereiro de 2012